

Carl Olof Jonsson

Suécia

Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados  
de Nova Iorque, Inc.  
Depto. de Redação (EJ:ESC)  
Brooklyn, Nova Iorque 11201

31 de março de 1980

Prezados Irmãos:

Sua carta de 28 de fevereiro de 1980 chegou sem problemas há aproximadamente duas semanas. Em primeiro lugar, gostaria de dizer a vocês que eu a apreciei, e especialmente a maneira como ela foi escrita: discutindo – num espírito de amor fraternal e respeito – sobre a questão da cronologia como tal, não sobre o questionador, seus motivos (se ele é desleal, apóstata, presunçoso, etc.), seu direito de examinar o assunto e questionar conclusões prévias, seu direito de partilhar suas descobertas com seus amigos e solicitar o parecer deles, e assim por diante – como se este fosse o problema. Porém, quando um alarme contra incêndio começa a soar, não seria relevante concluir que há algo errado com o alarme e que um exame atento dele com o fim de silenciá-lo resolveria o problema. Acho encorajador que em sua carta mais recente vocês voltaram sua inteira atenção para o “fogo”, por assim dizer.

Apreciei muito também a iniciativa tomada pelo irmão Bengt Hanson, em visitar-me em dezembro passado para uma conversa particular, depois da qual ele escreveu a vocês sobre minha situação.

Naturalmente, entendo muito bem que é impossível que vocês mantenham uma extensa correspondência comigo sobre o assunto da cronologia e debatam sobre cada detalhe do meu tratado (“Os Tempos dos Gentios Reconsiderados”). Por outro lado, não hesito em responder sua carta, em parte porque os pontos que vocês levantaram contra minhas conclusões são claramente inválidos, o que é fácil de demonstrar, e em parte porque apresentarei duas linhas de evidência adicionais, além das que já foram apresentadas no tratado contra a data 607 A.E.C. Eu não estou fazendo isso por achar agradável empenhar-me em “questões” e “debates”, ou porque quero provar que eu estou certo e vocês estão errados. Não é importante saber quem está certo. O importante é o que está certo. A verdade e os fatos pertencem a todos aqueles que os apreciam. É por isso que sinto que devo responder sua carta.

Um verdadeiro cientista (e, por extensão, qualquer pessoa que ama a verdade) incentiva reações e críticas amigáveis, já que isso dará a ele a oportunidade de corrigir erros e trazer seus pensamentos para mais perto da verdade. Eu suponho que esta é também a atitude de vocês e, uma vez que escreveram em sua carta que “o que quer que você diga será lido e considerado cuidadosamente”, estou convicto de que a crítica e informação adicional apresentada nas páginas que seguem serão cuidadosamente examinadas, sem opiniões preconcebidas. A mente aberta para com a verdade, a coragem de encarar e enfrentar a verdade, a prontidão em aceitar a verdade quando ela é distinguida claramente, aconteça o que acontecer – são estas as marcas dum amante da verdade, um verdadeiro cristão. Seria tolice gastar muito tempo e

[Tradução: Miguel Servet Jr.]

energia na tentativa de defender certa idéia ou interpretação até o fim, só porque não há o que colocar no lugar dela, quando toda a evidência disponível indica que ela não tem nada que ver com a realidade. Se, apesar disso, tal idéia ou interpretação é publicada, pregada e divulgada para milhões de pessoas, sendo apresentada não apenas como uma teoria, e sim como uma verdade cristã básica, afirmando-se que a rejeição dela despertaria a ira de Deus, então isso seria mais que tolo. Seria um grave pecado pelo qual Jeová nos responsabilizaria.

Os pontos que vocês levantaram serão considerados um por um sob cabeçalhos separados. Se optarem por escrever algumas linhas e dizer-me o que pensam e como se sentem com relação à informação abaixo, isto seria muito apreciado. Se acreditam que eu poderia ser de alguma ajuda em sua investigação adicional deste assunto, talvez por fornecer informação ou detalhe adicional, ou enviar alguma matéria de que precisarem, fiquem à vontade para pedir isso a mim.

Lamento que esta carta, juntamente com a consideração nas páginas que seguem tenha ficado muito longa. Todavia, tentei explicar as coisas da maneira mais breve possível. Eu pretendia acrescentar também alguma informação adicional sobre o assunto, mas talvez isso possa ser feito em outra carta no futuro, caso necessário.

Irmãos, obrigado mais uma vez por sua amável carta! Com amor cristão.

Seu irmão,

*Carl Olof Jonsson* [ASSINATURA]

Anexos:

1. Correspondência entre Jonsson e Sachs.
2. Algumas páginas do artigo de J. Oates em Iraque XXVII, 1965

## O CÂNON DE PTOLOMEU

Seus primeiros comentários referentes ao Cânon de Ptolomeu e a declaração que vocês fizeram de que o cânon dele não pode ser considerado como um “guia inerrante” para a cronologia da era babilônica é, naturalmente, correta. Isto foi basicamente o que eu também disse em meu tratado. Os números de Ptolomeu foram aceitos por historiadores modernos, não porque o cânon dele em si mesmo seja considerado como um guia livre de erro para a cronologia do período babilônico e posteriores, e sim porque (1) os números dele foram confirmados por uma série de fontes muito antigas para a cronologia daquela época, sendo algumas das quais contemporâneas à era neobabilônica, e porque (2) em seu extenso trabalho Almagesto, ele estabelece a cronologia apresentada em seu cânon como uma cronologia absoluta, com o apoio de uma grande quantidade de matéria sobre astronomia, reunida de fontes antigas. Os cálculos dele foram conferidos e verificados por astrônomos modernos e, mais do que isso: Descobertas modernas de tabuinhas astronômicas antigas, chamadas especificamente de “diários” astronômicos, habilitaram os astrônomos e historiadores modernos a estabelecer a cronologia absoluta de quase todo o período abrangido pelo Cânon de Ptolomeu, independentemente de Ptolomeu e seus eclipses, fornecendo assim uma confirmação independente da cronologia dele. Assim, o que importa hoje não é o Cânon de Ptolomeu, e sim as fontes e documentos mais antigos que o confirmaram: diários astronômicos, tabuinhas comerciais, crônicas, listas de reis, estelas egípcias e babilônicas contemporâneas, etc. – e a Bíblia.

Eu percebi com interesse sua declaração sobre Ptolomeu, segundo a qual “Quando ele dá informações sobre eclipses, essa informação é correta” (pág. 1) Um dos eclipses mais antigos que ele registra é datado no 5º ano de Nabopolassar (Almagesto, V. 14, pág. 340), sendo identificado pelos astrônomos modernos com o eclipse lunar de 22 de abril de 621 A.E.C. Isto, naturalmente, fixa o primeiro ano de Nabucodonosor em 604 A.E.C. (já que o pai dele, Nabopolassar, reinou por 21 anos), e o décimo oitavo ano (momento em que ele desolou Jerusalém) em 587 A.E.C. Eu percebi há alguns anos que o livro Ajuda fez uma tentativa de identificar este eclipse com um que ocorreu 20 anos antes, em 1º de junho de 641 A.E.C., para corresponder com a cronologia do livro Ajuda. Em apoio desta identificação, acrescenta-se que “Este eclipse anterior foi total (isto é, 12 dígitos ou mais) em comparação com o muito menor de apenas 1,6 dígitos em 621 A.E.C.” (pág. 331, § 3 em inglês) [NOTA DO TRADUTOR: Esta matéria foi suprimida na versão do Ajuda em português.]. Esta declaração provou-me que o autor do artigo do Ajuda nunca tinha lido a descrição registrada por Ptolomeu e conferido até que ponto esta descrição se harmoniza com a identificação alternativa que ele apresentou. A fonte de Ptolomeu dá uma descrição razoavelmente detalhada deste eclipse, incluindo sua magnitude. Afirma-se claramente que ele foi um menor e que só um quarto do diâmetro da lua foi eclipsado. Assim, o fato de o eclipse de 1º de junho de 641 A.E.C. ter sido total não apóia a identificação e de fato a torna impossível! Achei esse erro notável, sobretudo porque o autor havia enfatizado antes em seu artigo a importância de saber se um eclipse foi total ou não. Outros detalhes (o mês, o dia, a hora da noite, etc.) também tornam impossível que seja o 1º de junho de 641 A.E.C. e estabelecem o eclipse de 22 de abril de 621 A.E.C. como o único eclipse possível que se ajusta à descrição. (A recente tentativa de R. R. Newton de “provar” que Ptolomeu forjou alguns dos eclipses que ele registra parece ter sido um erro: Suas evidências foram rejeitadas por todos os peritos competentes, até onde eu sei). Este é apenas um de vários outros erros com os quais me deparei ao examinar o verbete “Cronologia” do livro Ajuda. Desculpem-me por apontar isto, mas espero que tais erros sejam corrigidos em futuras edições deste excelente e extremamente valioso dicionário bíblico.

[Tradução: Miguel Servet Jr.]

“DIÁRIOS” ASTRONÔMICOS: VAT 4956 – E BM 32312

Ao comentar sobre o VAT 4956, vocês repetem seu argumento anterior (Ajuda, pág. 331, parágrafo 8 [em inglês], considerado na página 39 de meu tratado), que “ao passo que a informação astronômica nesta tabuinha aponta para o ano -567/66 (568-567 A.E.C.), atribuir a tabuinha ao 37º ano de Nabucodonosor pode ser apenas a opinião de um escriba que juntou e datou 'uma coleção de textos de observações astronômicas', feitas em um período 'muito posterior'”, etc. O que vocês sugerem é que os diários astronômicos não foram datados originalmente, mas essas datas (tais como “37º ano de Nabucodonosor”) foram inseridas no texto por copistas posteriores. É esta uma explicação plausível, ou é uma tentativa desesperada de invalidar um texto que de outro modo golpearia de vez a data 607 A.E.C. e estabelece 587 A.E.C. como a data absoluta para o 18º ano de reinado de Nabucodonosor?

Os diários astronômicos geralmente contêm informações bem detalhadas sobre as posições da lua e dos cinco planetas (conhecidos na época), bem como outras informações (eventos meteorológicos, terremotos, preços de mercado, e às vezes também eventos históricos). Conforme vocês mencionaram, o VAT 4956 é datado do início do 37º ano ao início do 38º ano de Nabucodonosor, mas isto não é tudo: por todo o diário, quase todos os eventos mencionados no texto são datados, fornecendo o mês, o dia, a hora do dia (ou da noite), etc. Cerca de quarenta datas deste tipo são fornecidas durante o 37º ano de Nabucodonosor, e, naturalmente, não foi necessário repetir o ano de reinado em todos estes lugares, uma vez que isto foi dado no início de cada ano (assim como se faz também em outros documentos, tais como anais e crônicas). Vocês realmente pensam que é comum que os textos originais contenham todas estas datas durante um ano, mas não os anos de reinado no início de cada ano? Com certeza deveria ser considerado como extremamente incomum que os astrônomos babilônicos deixariam de fora este importante detalhe! Todos os textos deste tipo que foram descobertos (cerca de 1.200 fragmentos de diários astronômicos foram descobertos, um terço dos quais são tão bem preservados que podem ser datados) são datados no ano do rei reinante. São todas estas datas inseridas por copistas posteriores? A maioria dos diários abrange o período de 385 a 60 A.E.C., mas vários deles são cópias de períodos anteriores. E agora apresentarei outro diário, mais antigo do que o VAT 4956, o qual mais uma vez confirma a cronologia fornecida pelo Cânon de Ptolomeu e refuta a data de 607 A.E.C.

Num artigo intitulado “Astronomia Observacional Babilônica” [em inglês] e publicada em Philos. Trans. Royal Soc. Londres, ser. A. 276 (1974), págs. 43-50, o professor Abraham J. Sachs (o erudito que cunhou o termo “diários” para denominar estes textos e sem dúvida a mais proeminente autoridade em diários astronômicos viva atualmente) faz uma breve apresentação sobre os diários. Na página 48 ele menciona que o diário datável mais antigo é do ano 652 A.E.C. e diz: “Encontrei o conteúdo astronômico que é perfeitamente adequado para tornar esta data virtualmente certa. Foi um grande alívio quando pude confirmar a data por combinar uma observação histórica no diário com a declaração correspondente a -651 em uma crônica histórica bem datada.” (o grifo é meu). Isto pareceu ser um texto de grande importância para a questão da cronologia babilônica, e como o texto e uma tradução dele ainda não tinham sido publicados, escrevi ao Prof. Sachs e fiz-lhe duas perguntas:

- 1 - Que informação no diário torna a data -651 'virtualmente certa'?
- 2 - Qual é o tipo de observação histórica do diário e a que declaração de qual crônica bem datada ela corresponde?

Em sua resposta, o Prof. Sachs deu-me toda a informação que eu tinha pedido e até mesmo enviou-me uma cópia computadorizada (quase tão boa quanto a foto original) do diário em questão, o BM 32312. De especial interesse é que argumento de vocês de que o diário pode ter sido datado por copistas de um período muito posterior não pode ser aplicado a este diário, já que "tanto o ano como o nome do mês estão fragmentados", todavia, graças à observação histórica no diário, esta informação pode ser suprida por meio de outra fonte.

Primeiramente, o ano – 652 A.E.C. – é fixado pela informação astronômica. Sachs escreve: "Os eventos astronômicos preservados (a última visibilidade de Mercúrio no leste atrás de Peixes, a última visibilidade de Saturno atrás de Peixes, ambas por volta do dia 14 do mês I; o ponto estacionário de Marte em Escorpião no dia 17 do mês I; a primeira visibilidade de Mercúrio em Peixes no dia 6 do mês XII) determinam a data de maneira única." Segundo o Cânon de Ptolomeu, 652 A.E.C. corresponde ao 16º ano de "Samas-Sum-Yukin" (o predecessor de Kandalanu como rei de Babilônia, que foi sucedido por Nabopolassar, o pai de Nabucodonosor).

Em segundo lugar, o diário declara que o rei de Babilônia esteve envolvido numa batalha em uma localidade chamada Hirit no dia 27 do 12º mês. Se a cronologia de Ptolomeu está correta, esta batalha foi travada no 16º ano de Samas-Sum-Yukin. Pode isto ser confirmado? Sim, pode. Conforme Sachs menciona, nós encontramos a mesma informação numa crônica bem conhecida.

A crônica é conhecida como "Crônica de Akitu", BM 86379, traduzida recentemente por A. K. Grayson em Crônicas Assírias e Babilônicas (1975), págs. 131, 132. A crônica abrange uma parte do reinado de Samas-Sum-Yukin, incluindo seu 16º ano. Não só se menciona a Batalha de Hirit, como também o dia e o mês em que ela foi travada, precisamente como no diário. No anverso da crônica, linhas 13 a 16, lemos:

"No dia vinte e sete de adar (= 12º mês) os exércitos da Assíria e de Acade batalharam em Hirit. O exército de Acade retirou-se do campo de batalha e uma grande derrota foi infligida sobre eles. (Todavia), ainda houve hostilidades (e) o conflito continuou."

Tenho certeza de que vocês percebem o que esta nova evidência significa. Os eventos astronômicos descritos no diário fixam a Batalha de Hirit no dia 27 de adar do ano 652 A.E.C. A "Crônica de Akitu" mostra claramente que esta batalha, naquele lugar e naquele dia, foi travada no 16º ano de Samas-Sum-Yukin. Assim, o 16º ano de Samas-Sum-Yukin foi 652 A.E.C. Mas este é também o ano fornecido pelo Cânon de Ptolomeu para o 16º ano de Samas-Sum-Yukin! Mais uma vez, como em muitas ocasiões anteriores, o Cânon de Ptolomeu é confirmado, e de tal modo que também, mais uma vez, refuta nossa data de 607 A.E.C. Datar a destruição de Jerusalém no décimo oitavo ano de Nabucodonosor em 607 A.E.C. deslocaria todas as datas anteriores a Nabucodonosor em 20 anos. Isto colocaria, por exemplo, o 16º ano de Samas-Sum-Yukin em 672 A.E.C., não em 652 A.E.C. Mas isto é refutado por este novo diário, que é outra testemunha independente em apoio da data 587 A.E.C. para a destruição de Jerusalém. O Prof. Sachs acrescenta em sua carta: "Talvez eu deva acrescentar que a cronologia absoluta para o reinado de Samas-Sum-Yukin nunca esteve em dúvida, e é só confirmada novamente pelo diário astronômico."

Para a conveniência de vocês, anexe a correspondência com o Prof. Sachs e o material que ele me enviou.

## A ESTELA DE NABONIDO DE HARÃ – E A ESTELA DE NABONIDO DE BABILÔNIA

Seus comentários sobre as crônicas neobabilônicas concordam com a informação mais detalhada que apresentei em meu tratado, págs. 28 e 29, assim passarei para suas objeções à inscrição de Harã.

Vocês defendem que a inscrição de Harã está sujeita a dúvida, porque ela parece apresentar um reinado de 3 anos para o rei assírio Assur-Etillu-ili antes de Nabopolassar, ao passo que as tabuinhas comerciais são datadas além do 4º ano deste rei. Mas desde que Gadd publicou a tradução do texto em 1958, outros examinaram as dificuldades que ele mencionou e ofereceram soluções para elas. Os estudos mais importantes são os de Wolfgang Von Soden (ZA, Vol. 58, 1967, págs. 241-255), Joan Oates (Iraqe, Vol. 28, 1965, págs. 135-159), e Julian Reade (JCS, Vol. 23, 1970, págs. 1-9).

Depois da morte de Assurbanipal da Assíria e Kandalanu de Babilônia (estes reis podem ter sido a mesma pessoa, sendo Kandalanu o nome de Assurbanipal no trono de Babilônia) em 627 A.E.C., o direito legal de Assur-Etillu-ili ao trono foi contestado por um general, Sin-Shum-lishir, e daí por um irmão de Assur-Etillu-ili, Sin-shar-ishkun. Isto causou uma guerra civil, e Nabopolassar, um comandante militar do sul, aproveitou a situação e assumiu o trono de Babilônia. Daí, por alguns anos, é compreensível que várias cidades mudaram de lado mais de uma vez, já que não estava mais claro qual autoridade devia ser vista como a legítima. A situação confusa se reflete em todos os documentos datados neste período, sendo Assur-Etillu-ili considerado como rei numa cidade e seu irmão Sin-shar-ishkun sendo aceito como rei em outra.

Em seu artigo, Oates demonstra que Adade-Gupi, a mãe de Nabonido e um sacerdote do templo de Sin em Harã, abandonaram Harã no 3º ano de Assur-etillu-ili e se mudaram para Babilônia, embora na realidade a inscrição de Harã não declare que este foi o último ano, como Gadd concluiu. Deste momento em diante, Adade-Gupi serviu sob os reis babilônicos. Reade, que aceita esta conclusão básica, demonstra em seu artigo como podem ser harmonizados todos os documentos confusos do período. As soluções apresentadas estão de acordo com a inscrição de Harã, a qual tem até se provado muito útil na tentativa de reconstituir os eventos durante este período caótico. Portanto, não parece haver qualquer razão para manter uma atitude excessivamente crítica para com a inscrição de Harã.

Caso vocês ainda achem que há, considerem então o fato de que existe outra estela do reinado de Nabonido, A ESTELA DE NABONIDO DE BABILÔNIA (descoberta em 1896), que confirma a duração dos reinados fornecidos na estela de Harã para os reis babilônicos! Essa estela (conf. Gadd, pág. 73; eu não abordei esta evidência adicional em meu tratado) foi feita evidentemente no 2º ano de Nabonido (veja a abordagem de P.-R. Berger em Die Neubabylonischen Königsinschriften, Vol. I, 1973, pág. 110 e seguintes). Segundo a tradução publicada em ANET de Pritchard, págs. 308-311, essa estela declara que “o templo é.hul.hul em Harã esteve em ruínas durante 54 anos”, até que Nabonido, no começo de seu reinado tomou medidas para restaurá-lo. Ora, a inscrição de Harã, bem como a crônica BM 21901 datam a destruição do templo de Harã no 16º ano de Nabopolassar (isto é, 610/609 A.E.C.). Somando-se os anos remanescentes de reinado depois do começo do reinado de Nabonido, fornecidos na inscrição de Harã – 5+43+2+4 – obtemos exatamente 54 anos! Assim, se vocês acham que a informação da estela de Harã deve ser rejeitada, o que devemos fazer com a mesma informação que a confirma, fornecida pela estela de Nabonido de Babilônia? Rejeitá-la também? Por quê? Devemos rejeitar toda evidência nova que contradiz nossas teorias? É este um bom método? Será que ele nos conduziria para mais próximo da verdade?

## AS TABUINHAS DA CASA DE EGIBI – E MILHARES DE OUTRAS TABUINHAS COMERCIAIS

Novamente, vocês simplesmente repetem os argumentos do livro Ajuda (abordados em meu tratado, págs. 32 e 33) segundo os quais, embora tenhamos muitas tabuinhas para todos os anos dos reis neobabilônicos representados no Cânon de Ptolomeu, poderia ainda haver um período de 20 anos que estão faltando nas tabuinhas.

Vocês fazem referência ao fato de que não temos qualquer tabuinhas de contratos na coleção da Casa de Egibi que abrange os anos 7, 32, 33, 34 e 36, do rei persa Dario. Bem, conforme Boscauwen e outros eruditos depois dele têm enfatizado, a firma Egibi e Filhos prosperou do tempo de Nabucodonosor até o tempo de Dario. A coleção de tabuinhas desta firma, descoberta em 1875-6 termina com Dario. Nenhuma tabuinha de reinado de reis posteriores foi encontrada na coleção. As tabuinhas do fim do reinado de Dario são muito esparsas nesta coleção. Mas o reinado de Dario teve início quase duas décadas depois do fim da era neobabilônica. A coisa importante a considerar é que as tabuinhas abrangem os reinados de todos os reis neobabilônicos que sabemos que existiram, não somente com base no Cânon de Ptolomeu, mas também com base em diversos documentos mais antigos, sendo que alguns dos quais foram escritos contemporaneamente com o período neobabilônico.

Outra coisa a ser lembrada é que as tabuinhas de Egibi são apenas uma parte de muitos milhares de tabuinhas comerciais deste período. Estas outras tabuinhas comerciais também atribuem a mesma duração dos reinados para os reis neobabilônicos! Isto é também enfatizado em meu tratado, pág. 31 e seguintes. Cada ano do reinado de Dario é também abrangido por tabuinhas deste tipo, naturalmente.

Meu argumento com base nesta evidência permanece ainda não respondido: Se houve um período adicional de 20 anos durante a era neobabilônica, por que temos tantas tabuinhas de todos os anos dos reis neobabilônicos que sabemos terem existido, não somente com base no Cânon de Ptolomeu, mas com base em todos os documentos mais antigos (e às vezes contemporâneos), a inscrição de Harã, as inscrições em construções, crônicas, listas de reis, Beroso, etc., abrangendo o período dos reinados conhecidos destes reis – mas nem uma única tabuinha do período de 20 anos que vocês gostariam de acrescentar á era neobabilônica? E mais, por que as milhares de tabuinhas que devem ter sido escritas durante este suposto período de 20 anos estão faltando no mesmo período de 20 anos que também está faltando em todos os outros documentos – e não em outro período de 20 anos? E mais ainda, por que faltam as tabuinhas de um período de 20 anos exatos? Por que não de 17, 13, 7 – ou anos diferentes distribuídos pelo período neobabilônico? Quem viajou pelo reino neobabilônico e retirou todos os muitos milhares de cartas comerciais datadas neste período de 20 anos e os escondeu ou destruiu, antes de arqueólogos modernos começarem a desenterrar os arquivos dos templos, arquivos públicos, etc. nas ruínas das cidades babilônicas? De tempos em tempos, novas quantidades de tabuinhas comerciais são descobertas, traduzidas e – às vezes – publicadas – mas o período de 20 anos que estamos procurando nunca aparece. Conforme eu formulei o argumento no tratado: “Se você lança um dado muitos milhares de vezes sem nunca obter um número seis, no mínimo você tem de concluir: ‘Não há número seis neste dado.’ O mesmo é verdade também no caso dos 20 anos pelos quais estamos procurando. Eles nunca aparecem, porque nunca existiram.”

Portanto, assim como vocês repetiram seu argumento que eu tinha respondido, eu repeti meu argumento que foi deixado sem resposta.

## A 26ª DINASTIA DO EGITO: AMÁSIS E PSAMÉTICO III

Em “Os Tempos dos Gentios Reconsiderados”, págs. 39-44, eu mencionei diversos sincronismos entre governantes egípcios, babilônios e judaicos, sendo que três dos quais são fornecidos pela própria Bíblia (2 Reis 23:29; Jer. 46:2, e 44:30). Demonstrei que a cronologia egípcia para este período foi estabelecida de maneira independente, a partir de fontes egípcias contemporâneas. E que todos os sincronismos estão de pleno acordo em datar a destruição de Jerusalém em 587 A.E.C., ao passo que a divergência da data 607 A.E.C. para este evento é consistentemente de cerca de 20 anos. Desta forma, a cronologia egípcia contemporânea apresenta outro testemunho independente contra nossa data 607 A.E.C.

Em sua carta vocês tentam minar esta forte evidência por fazerem referência aos números conflitantes dados pelos historiadores posteriores, Diodoro e Sincelo. Porém, ao se estabelecer uma cronologia, os documentos contemporâneos não podem, naturalmente, ser refutados, ou mesmo questionados, por números fornecidos por historiadores de um período muito posterior. Os números deles têm freqüentemente mostrado estar distorcidos, e esta distorção geralmente aumenta, quanto mais distante do período tais historiadores viveram. Quanto a Maneto, seus números são mais bem preservados por Júlio Africano (221/222 E.C., conf. Wadell em Maneto, Londres, 1948, págs. xvi, xvii), e os números dele para Amásis e Psamético III concordam com as fontes contemporâneas, assim como também os números fornecidos por Heródoto, o historiador que viveu próximo da época de Amásis e Psamético III (Heródoto nasceu por volta de 484 A.E.C., ou seja, cerca de 40 anos depois do reinado de Psamético III; assim, durante sua visita ao Egito, Heródoto pode até mesmo ter encontrado pessoas que tinham nascido antes do reinado de Psamético III). Diodoro da Sicília, por outro lado, viveu durante os reinados de Júlio César e Augusto, mais de 500 anos depois de Psamético, e Sincelo escreveu sua obra perto do fim do oitavo século E.C., ou mais de 13 séculos depois de Psamético! Vocês realmente acham que os números apresentados por estes dois historiadores posteriores podem ser usados para questionar números dados por fontes contemporâneas?

Acerca dos historiadores do período clássico (grego e romano) o livro Ajuda declara: “Todos estes viveram depois do período assírio e neobabilônico... Para os períodos assírio e neobabilônico, portanto, nenhum destes escritores apresenta informações baseadas em conhecimento pessoal, mas, antes, eles registram os conceitos tradicionais de que souberam, ou, em alguns casos, talvez lessem e copiassem... Não só isso, mas aquilo que sabemos sobre os escritos deles depende atualmente de cópias de cópias, a cópia mais antiga remontando às vezes apenas ao período medieval da Era Comum. (Ajuda, pág. 332, § 4 e 5 em inglês – *NOTA DO TRADUTOR*: Esta matéria foi suprimida na versão em português do Ajuda, mas aparece em *Estudo Perspicaz*, Vol. I, pág. 611) Os números que vocês citam de Diodoro e Sincelo, portanto, não significam muito e não têm peso algum contra evidência contemporânea. Eu só citei Heródoto e Maneto/Africano porque os números deles foram confirmados por descobertas modernas de documentos, contemporâneos aos reinados de Amásis e Psamético III.

Embora Psamético III tenha reinado por apenas seis meses, vocês mencionam que “a maior data disponível em monumentos para este rei é ano 2”. Esta informação não contradiz realmente um governo de seis meses para este rei, o que qualquer pessoa familiarizada com o método egípcio de contar anos de reinado perceberá facilmente. Os egípcios aplicavam o sistema não-ascensional (veja a página 42 de meu tratado, e o Apêndice A, págs. 88 e 89), isto é, o ano em que um rei assumia o poder era contado como seu primeiro ano de reinado. Psamético III assumiu o poder no final do ano 526 A.E.C., provavelmente só

umas poucas semanas antes do fim do ano. Na época, o ano do calendário egípcio era quase coincidente com o ano do calendário juliano, assim Psamético ascendeu ao trono no final do ano do calendário egípcio também. Embora ele tenha reinado durante apenas uma fração desse ano, isso foi (segundo o sistema não-ascensional egípcio) contado como o primeiro ano de reinado dele. Seu segundo ano de reinado, portanto, começou só umas poucas semanas depois de sua ascensão ao trono! Se ele governou durante apenas seis meses, deveríamos esperar encontrar apenas documentos datados até o quinto mês de seu segundo ano de reinado. Temos realmente três documentos (papiros) do segundo ano dele, datados no 3º, 4º e 5º meses de seu segundo ano, correspondendo à primeira metade do ano 525 A.E.C. Daí, em maio ou junho de 525 A.E.C., Psamético foi destronado por Cambises. – Veja F. K. Kienitz, Die politische Geschichte Ägyptens vom 7. bis zum 4. Jahrhundert vor der Zeitwende, Berlim, 1953, pág. 156, nota de rodapé 7.

Depois vocês fizeram referência a “um documento mencionado na publicação Notice des papyrus démotiques archaïques (de Revillout)” que “dá quatro anos de governo para um Rei Psamético que o autor alega ser Psamético III” (o grifo é meu). E. Revillout foi um dos fundadores da publicação Revue Egyptologique, na década de 1870, e o artigo a que vocês se referem é evidentemente o que foi publicado no Vol. VII, Nº II, 1892, págs. 41-44, embora eu não consegui encontrar a declaração que vocês citaram nesse artigo. Mas num artigo publicado no Vol. III, Nº IV, 1885, págs. 187-191 (e no Vol. VII, Nº III, 1896, págs. 139), Revillout menciona e cita um documento datado no 4º ano de um Rei Psamético que ele assegura ser Psamético III. Tal ponto de vista pode até ter sido defendido naquela época, mas desde então muitos documentos importantes foram descobertos, traduzidos e publicados, o que tornou a hipótese de Revillout antiquada e obsoleta. Por exemplo, algumas das estelas de Ápis foram traduzidas e publicadas por Breasted em 1906 (Registros Antigos do Egito [em inglês]), a “Petição de Petiese” foi publicada em inglês em 1909 (F. L. Griffith, Cat. de Papiros Demóticos, III), a “Crônica Demótica” em 1914 (W. Spiegelberg, Demotische Studien 7: Die sogenannte Demotische Chronik), e a inscrição em Wadi Hammamat também foi publicada durante essa época (H. Gauthier, Le livre de rois d’Egypte, Vol. 4). Os últimos três documentos mencionados dão todos 44 anos de reinado a Amásis. Devido a estas e outras evidências, a hipótese de Revillout não pode mais ser sustentada, e ela não é compartilhada por nenhum erudito da atualidade. O documento citado por Revillout refere-se, portanto, a um dos reis anteriores conhecidos pelo nome de Psamético.

Quanto à data de Krall e Spiegelberg para Psamético III (528/527 em vez de 526/525 A.E.C.), estes eruditos estavam também em atividade antes de a cronologia da 26ª dinastia ser definitivamente estabelecida (eles pertencem à última parte do século dezenove e à primeira parte do século vinte). Por muito tempo, a única discordância entre os eruditos foi se Amásis governou por 43 ou 44 anos. Este problema foi definitivamente resolvido em 1957, quando Richard A. Parker publicou seu importante artigo “O Período de Reinado de Amásis e o Início da Vigésima Sexta Dinastia”, em Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts, Kairo Abteilung, XV, 1957, págs. 208-212. A evidência que ele apresentou em apoio do ano 570 A.E.C. como sendo o primeiro ano de Amásis foi tão forte que sua conclusão obteve aceitação geral em pouco tempo. Eu tentarei recapitulá-la brevemente abaixo:

Um papiro na coleção de papiros do Louvre, N° 7848, datado em 21 de I smw do ano 12 de Amásis (= dia 21 do mês 9 do calendário civil egípcio, segundo Pachons) refere-se a um juramento feito “antes de Khonsu... em 13 de II smw do ano 12, sendo o dia lunar 15 de I smw (lunar).”

Como se pode ver, este papiro é duplamente datado, fornecendo a data no 12º ano de Amásis, tanto de acordo com o calendário civil egípcio, como de acordo com o calendário lunar. Ao passo que o calendário civil de 365 dias “acompanhava” o ano solar (com aproximadamente um dia a mais a cada quatro anos), o calendário lunar, naturalmente, era fixado pela lua, com o primeiro dia de cada mês sempre começando na manhã de invisibilidade crescente.

O papiro citado acima informa que no 12º ano de Amásis, o dia 13 de II smw (= mês 10, segundo Payni) caiu no dia 15 do mês lunar, o que significa que o 1º dia do mês lunar (a manhã de invisibilidade crescente!) caiu em 29 de I smw (= o dia 29 do mês 9) do ano civil. Tal situação não ocorria todos os anos, naturalmente. Com o auxílio de uma tabela astronômica, tais como as de Herman H. Goldstine, Luas Novas e Cheias de 1001 A.C. a 1651 A.D. (em inglês – Filadélfia, 1973) é fácil verificar em que anos durante o sexto século A.E.C. ocorreu tal situação. Embora as tabelas astronômicas geralmente forneçam datas de acordo com o calendário juliano, isto não é problema, já que as datas do calendário egípcio são fáceis de serem convertidas para datas do calendário Juliano. Que ano combina com a situação descrita no papiro do 12º ano de Amásis?

Parker conseguiu demonstrar que o ano, no qual a manhã de invisibilidade crescente caiu em 29 de I smw do calendário civil egípcio, deve ter sido 559 A.E.C. (5 de outubro no calendário Juliano). O primeiro ano de Amásis, portanto, deve ter sido 570 A.E.C. Isto deixa só 45 anos para a soma dos reinados de Amásis e Psamético III, anteriores à conquista do Egito por Cambises em maio ou junho de 525 A.E.C. (570 – 525 = 45). Como Amásis reinou durante 44 anos (cronologicamente), Psamético III deve ter reinado por 1 ano (cronologicamente). E não importa como sejam contados os reinados de Amásis e Psamético III, deve-se conceder a eles um reinado somado de 45 anos, e o período total da 26ª dinastia é clara e firmemente estabelecido de qualquer maneira.

Isto é uma notável confirmação dos reinados de Amásis e Psamético III, conforme fornecidos por outros documentos, não é? Naturalmente, encontraremos um ou dois outros anos anteriores no sexto século em que o mês lunar também começou em 29 de I smw, ou pelo menos terminou naquela data, mas estes anos anteriores não estão de acordo com qualquer outro documento, ou então com algum dos números fornecidos por historiadores posteriores.

Assim, a cronologia da 26ª dinastia é firme e independentemente estabelecida e os sincronismos fornecidos na Bíblia apontam claramente para 587 A.E.C. como sendo a data da destruição de Jerusalém. Mais uma vez, encontramos uma testemunha independente contra nossa data 607 A.E.C. para esse evento.

## OS 70 ANOS – CATIVEIRO OU SERVIDÃO?

Na página 4 de sua carta, vocês declaram que eu considero os 70 anos como “setenta anos de cativeiro para Babilônia”, começando “no ano de ascensão de Nabucodonosor”, e depois disso vocês apresentam alguns argumentos contra tal ponto de vista.

Infelizmente, vocês parecem ter entendido mal o ponto de vista que apresentei e defendi em meu tratado. Eu nunca fiz tal aplicação, como uma cuidadosa leitura do tratado provará. Embora eu tenha argumentado que alguns cativos – incluindo Daniel e seus amigos, conforme Dan. 1:1 em diante – foram trazidos a Babilônia logo depois da Batalha de Carquemis, eu apliquei estritamente os 70 anos a um período de servidão, não só para Judá, mas também para as nações circunvizinhas, em forte concordância com as palavras da predição de Jeremias (“estas nações terão de servir ao rei de Babilônia por setenta anos”, Jer. 25:11). Já pelo meu subtítulo, na página 49 do tratado, vocês devem ter notado que eu declarei o assunto como “OS SETENTA ANOS – DESOLAÇÃO OU SERVIDÃO – QUAL? – não como “Desolação ou Cativeiro”. Eu também notei que na edição em tipos grandes da NM [em inglês], no cabeçalho da pág. 826, vocês descreveram os setenta anos como “70 anos de servidão”, exatamente como eu fiz. [NOTA DO TRADUTOR: Em edições posteriores, a Torre de Vigia mudou isso para “70 anos de exílio”].

“Servidão”, naturalmente, não é exatamente o mesmo que “cativeiro”, e não significou cativeiro (ou desolação!) para as nações que eram circunvizinhas de Judá, não é? Para a maior parte das nações, a “servidão” significou apenas vassalagem, embora para Judá uma parte da servidão veio a incluir tanto um período de cativeiro como de desolação. Eu citei vários textos bíblicos em apoio do fato de que a servidão começou muito antes da destruição de Jerusalém (nas págs. 49-55 do tratado), tais como Dan. 1:1, Jer. 27, 28 e 35. Outros poderiam ser acrescentados, por exemplo 2 Reis 24:1, onde se declara a respeito de Jeoiaquim: “Nos seus dias subiu Nabucodonosor, rei de Babilônia, e Jeoiaquim tornou-se assim seu servo por três anos.”, etc. Quando ele se rebelou, isto causou imediatamente atos de represália para mantê-lo em sujeição. Assim, mesmo para Judá, a servidão começou muitos anos antes da destruição de Jerusalém, e – como este texto prova – vários anos antes do fim do reinado de Jeoiaquim.

Em seguida vocês apontam que minha citação na pág. 51 do tratado, da tradução que Wiseman fez da crônica BM 21946, a qual diz que Nabucodonosor, depois da Batalha de Carquemis, “conquistou toda a área do país de Hati”, deveria dizer mais corretamente, de acordo com a mais recente tradução de Grayson, “Ha[ma]te”, um distrito em Hati (=Siro-Palestina). Sou grato por sua correção deste detalhe (o recente trabalho de Grayson não me estava disponível em 1977). Mas será que isso muda alguma coisa? Na página seguinte de meu tratado (pág. 52) eu fiz mais citações da mesma crônica: “No ano de ascensão, Nabucodonosor voltou à terra de Hati e até o mês de sebate marchou sem oposição pela terra de Hati. No mês de sebate ele levou um pesado tributo do território de Hati para Babilônia...” E para o primeiro ano do reinado de Nabucodonosor, a crônica declara: “Todos os reis da terra de Hati vieram perante ele e ele recebeu o pesado tributo deles.” Em todos estes lugares a palavra “Hati” está bem preservada no original, e Grayson, naturalmente, a traduz também como “Hati” (“Hatu”). Não é bem evidente, com base na crônica, que Nabucodonosor subjogou todo o território de Hati (=Siro-Palestina) já em seu ano de ascensão e, o mais tardar em seu primeiro ano de reinado, todos os reis da terra de Hati (entre os quais razoavelmente deveria estar também Jeoiaquim, o que é apoiado por 2 Reis 24:1) eram vassalos e pagaram tributo a Nabucodonosor?

É interessante notar também as palavras na citação acima: “Em seu ano de ascensão, Nabucodonosor voltou (Grayson: “retornou”) à terra de Hati”. Evidentemente, ele tinha estado lá antes. Não parece muito provável que Nabucodonosor, depois da Batalha de Carquemis e da sua conquista de “Hamate”, prosseguiu em direção ao sul e começou a subjugar o restante do território de Hati, e até mesmo levou alguns cativos dentre os judeus, fenícios e sírios, como diz Beroso? Isso estaria em completa harmonia com o que é realmente dito (sem reinterpretações forçadas) em Dan. 1:1 em diante. Mas durante sua ofensiva em direção ao sul, Nabucodonosor recebeu a mensagem sobre a morte de seu pai, o que o fez voltar rapidamente para Babilônia com o fim de assegurar o trono. Depois disso – e ainda em seu ano de ascensão, segundo a crônica, – ele voltou para o território de Hati e continuou as operações militares lá.

O que aprendemos, com base tanto na Bíblia como na crônica, é que a servidão predita por Jeremias começou muito pouco depois da Batalha de Carquemis. Se alguns cativos judaicos foram trazidos a Babilônia naquele momento ou não, é uma questão bem diferente. Beroso diz que sim, e a declaração dele é confirmada por uma leitura natural e literal de Dan. 1:1 em diante e 2:1. Não posso ver como a declaração de Josefo, feita muitos séculos depois, segundo a qual Nabucodonosor não ocupou Judá naquele momento poderia contradizer isso. A declaração de Josefo não está de acordo com a Bíblia. As declarações dele têm freqüentemente mostrado estar erradas, e com muita freqüência ele se contradiz. Ele não fornece a fonte de sua declaração e é bem possível que ele tenha dado apenas sua própria interpretação ou palpite. Se ele está ou não está certo não altera o fato de que a servidão começou no reinado de Jeoiaquim, segundo a Bíblia, e no ano de ascensão de Nabucodonosor, segundo a BM 21946.

- - - - -

Como demonstrei em meu tratado, todos os antigos e mais confiáveis documentos que temos refutam nossa data 607 A.E.C. Acrescentei acima duas linhas adicionais de evidência em apoio de 587 A.E.C. como sendo o décimo oitavo ano de Nabucodonosor, além das apresentadas no tratado: (1) o diário BM 32312 e (2) a Estela de Nabonido de Babilônia. A Bíblia está de acordo com todas estas evidências: Uma leitura natural e simples de Jer. 25:10, 11; 29:10; Dan. 1:1; 2:1; Zac. 1:7-12 e 7:1-5 leva-nos claramente à mesma conclusão. Só por meio de uma interpretação especial de 2 Crô. 36:20, 21 e Dan. 9:2 é que podemos chegar à conclusão de que Jerusalém foi destruída em 607 A.E.C. Mas, para sustentar esta conclusão, temos de rejeitar todos os documentos seculares considerados acima e em meu tratado, e mais ainda: Temos de reinterpretar vários textos da própria Bíblia e dar a eles aplicações muito desnaturais e forçadas. Mas a evidência contra a data 607 A.E.C. é sobrepujante. Não é curioso o fato de que não podemos aceitar esta sobrepujante quantidade de evidências unânimes em apoio da data 587 A.E.C. (não podemos encontrar um documento ou mesmo uma linha num documento, que apóie a data 607 A.E.C.), enquanto que ao mesmo tempo aceitamos outra data secular – 539 A.E.C. – numa base muito mais fraca, chamando-a até mesmo de “data absoluta” ou “data fundamental”? Durante aproximadamente vinte anos fazia-se referência à “Crônica de Nabonido” para apoiar a data 539 A.E.C., mas desde que esta evidência foi rejeitada (em A Sentinela de 15 de maio de 1971, pág. 316 [15 de novembro de 1971, pág. 700, em português]), nossa única “evidência” para a data é o Cânon de Ptolomeu (!) e a referência a uma data olímpica feita pelos antigos historiadores Diodoro, Africano e Eusébio! – Ajuda pág. 328 § 7 e 408 § 9. [NOTA DO TRADUTOR: A primeira referência foi suprimida do Ajuda em português, mas aparece em Estudo Perspicaz, Vol. I, pág. 608. A segunda referência está em Ajuda, pág. 319 § 3]